

PROJOVEM ORIGINAL E URBANO: ASPECTOS DE UMA AÇÃO VOLTADA PARA JUVENTUDE A PARTIR DE UMA PROPOSTA DE GESTÃO INTEGRADA

Márcia de Figueiredo Lucena Lira¹

Josefa Adelaide Clementino Leite²

Almira Almeida Cavalcante³

Gustavo Tavares da Silva⁴

INTRODUÇÃO:

Hoje, no Brasil, percebem-se articulações e debates que buscam incluir os jovens como sujeitos de direitos, através da construção de políticas públicas para a juventude. No nível do Governo Federal, no âmbito da Câmara de Políticas Sociais, foi formado um Grupo Interministerial de Juventude para a elaboração de uma Política Nacional de Juventude.

A constituição de pastas específicas de juventude nas diferentes esferas de governo, em várias regiões do país, também, é uma demonstração de que, por meio de debates com a sociedade civil, e a participação de organizações como a UNESCO, que elaboraram documentos e pesquisas para subsidiar estas políticas, este é um momento em que devemos esperar que o Estado fosse além das boas intenções e de programas focalizados⁵ para este e outros segmentos da sociedade.

Seguindo o fluxo dos caminhos percorridos para a efetivação de uma política voltada para a juventude, nasce, a partir da Secretaria-Geral da Presidência da

¹ Licenciada em Educação Artística e aluna do Curso de Pós- Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente Coordenadora Municipal do ProJovem Urbano em João Pessoa, Paraíba.

² Graduada em Serviço Social e aluna do Curso de Pós- Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Educadora de Participação Cidadã do ProJovem Urbano em João Pessoa, Paraíba.

³ Graduada em Serviço Social e aluna do Curso de Pós- Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Educadora de Participação Cidadã do ProJovem Urbano em João Pessoa, Paraíba.

⁴ Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (1986), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1990), doutorado em Ciência Política pela Universidade de Picardie Jules Verne, em Amiens, França (1996), e pós-doutorado na Universidade de Paris 2, Panthéon-Assas, França (2007). Atualmente ministra a Disciplina de Gestão Pública e Transformação Social no Curso de Pós-graduação em Serviço social.

⁵ Nesse sentido, observar-se que os ajustes econômicos e a política regulada pela lógica do mercado está articulada a uma concepção de “Estado Mínimo” que vêm contribuindo para o novo perfil da assistência social no Brasil, como afirma Yazbek (2004. p.25). “[...] perfil focalizado, despolitizado, privado e refilantropizado”.

República, a Secretaria Nacional de Juventude, O Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

O presente artigo⁶ tem por objetivo analisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, em suas fases denominadas de Original e Urbano, centrando o olhar nos aspectos utilizados na “estratégia de gestão” (SALGADO, 2008) adotada pelo Programa em nível nacional, e no município de João Pessoa, visto que, a proposta do programa:

desafia o gestor a compartilhar projetos e ações de gestão com outros profissionais da educação, desenhar coletivamente percursos flexíveis em ambientes de incerteza, perceber os pontos fundamentais dos conflitos entre pessoas e as organizações com as quais interage, coordenar a construção de acordos que permitam superar esses conflitos, monitorar a implementação das decisões pactuadas e participar de um processo contínuo de avaliação que oriente medidas corretivas ou mudanças necessárias para a consecução dos objetivos de um programa, uma instituição, uma equipe de trabalho” (SALGADO, 2008, p. 53).

A análise se baseia nos documentos, manuais de orientação e relatórios oferecidos pelo Programa em nível nacional e municipal, além de bibliografias complementares, sobre Gestão Pública (PAULA, 2005; CAULLIRAUX e PROENÇA, 2004; KLERING e ANDRADE, 2006; SPINK, 2006; FARAH, 2006), Juventude (NOVAES e VANNUCHI, 2007; RIBEIRO, 2007) e política (CASTRO, 2007).

A discussão parte de uma breve apresentação da juventude na atual conjuntura social e segue então para a apresentação do histórico do Programa, a partir da literatura oficial que consta do Manual de Orientações Gerais e do Projeto Pedagógico Integrado proposto pelo Governo Federal, para sua implementação.

Em seguida, será enfatizada a experiência do ProJovem Original no Município de João Pessoa nos anos de 2006 a 2008, bem como, as primeiras vivências do ProJovem Urbano que iniciou no município em abril de 2009.

Por fim, serão apresentadas considerações sobre modelo de gestão assumido pelo Programa, observando os aspectos tradicionais e inovadores contidos nas orientações nacionais e no desenvolvimento da gestão local, com base na teoria dos autores supracitados, assim como, sobre a avaliação constante em relatório apresentado pelo SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação, em 2007 e documento resultante

⁶ Este é resultado da experiência vivenciada no ProJovem Original e Urbano no município de João Pessoa em articulação com a disciplina Gestão Pública e Transformação Social do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB.

do I Fórum de Avaliação do ProJovem em João Pessoa, como forma de conclusão a respeito da efetivação dessa política.

1. POLÍTICA E JUVENTUDE: MATRIZES DA ATUALIDADE

As conquistas vividas nos últimos 20 anos, onde o conceito de política⁷ se aproxima do que compreendemos como democracia em praticamente o mundo todo, tem aumentado o acesso de um maior número de pessoas aos direitos básicos. No entanto, percebe-se que, contraditoriamente, a política perde o seu prestígio (Ribeiro, 2007). O autor explica que isso ocorre, porque os regimes eleitos de fato não conseguiram atender as necessidades e reclames sociais. Segundo ele, “*os governos eleitos têm sido estéreis em relação ao que deveriam fazer e ao que prometeram* (RIBEIRO, 2007, p.22)”. Isso certamente repercute na imagem do político e da política de maneira geral.

Na Reforma do Estado patrocinada pela aliança social liberal, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a democracia associada à administração pública gerencial, resgata o ideal tecnocrático e patrimonialista, com suas tendências autoritárias, impedindo que a sociedade tenha uma inserção mais significativa nas decisões políticas e administrativas (PAULA, 2005).

Segundo Paula (2005), a crise vivenciada pela vertente gerencial abre espaço para um novo paradigma trazido pela aliança nacional-popular: a vertente societal. Esta vertente, consolidada nas eleições de 2002 que elege Lula para presidente, busca inserir a dimensão sociopolítica em suas experiências de gestão. No entanto, a crítica feita por Paula (2005) a esse capítulo da nossa história, mostra que o vertente societal não vem conseguindo dar conta dos propósitos assumidos para incrementar a democratização da gestão pública embora aponte um potencial que pode ou não ser desenvolvido dependendo das “*articulações entre o Estado e a sociedade, e do amadurecimento de arranjos institucionais que viabilizem a gestão pública democrática* (PAULA, 2005, p. 19)”.

⁷ Segundo o Dicionário de Política organizado por Bobbio (BOBBIO, 1994), a palavra “Política” vem do adjetivo *polis* que se refere à cidade, ao que é urbano, civil, público e com o tempo passou a representar atividade ou conjunto de atividades do Estado.

No que diz respeito à juventude, a história mostra que não existia um olhar de valorização voltado para a juventude, ao contrário, eles eram dignos de desconfiança. Mas desde a Revolução Francesa que esse olhar vem mudando, a participação dos jovens nos acontecimentos de importância histórica vem revelando como vocação da juventude a revolução, o engajamento e a capacidade de trazer o novo (RIBEIRO, 2007).

Durante alguns anos, a juventude foi vista como uma fase da vida onde o sujeito já saiu da dependência da infância e ainda não entrou na fase das obrigações ligadas à produção, casamento, paternidade, estando livre para percorrer novos caminhos e contestar os caminhos impostos pela vida (NOVAES, 2007).

Atualmente, a própria adolescência é antecipada e adianta, de forma nada linear, as outras fases vividas pelo sujeito misturando, no que chamamos de juventude, aspectos da infância, pois permanece para alguns a dependência não só financeira, mas também emocional com aspectos da vida adulta – os jovens tornam-se pais de família e assumem cada vez mais cedo responsabilidades ligadas ao mundo do trabalho e da produção (RIBEIRO, 2007).

O que antes era conhecido como infância, juventude, idade adulta, maturidade e velhice, segundo Ribeiro (2007), perderam essa linearidade e a juventude pode ser reconstruída, resgatada, iniciada, reciclada de diferentes formas em diferentes momentos da vida. O que antes era atribuído às fases da vida, ou a diferentes classes sociais, hoje se misturam, trazendo para este tempo uma juventude que ao mesmo tempo está plugada no fenômeno da globalização (através das informações trazidas pela internet, celular, TV a cabo, entre outros (NOVAES, 2007), vive um violento processo de exclusão marcado pela presença massiva dos modelos de consumo, da crescente organização constante no narcotráfico, do mercado de armas e da falta de oportunidades e direitos.

Diante deste quadro, compreende-se que o interesse e a forma de participação dos jovens na dinâmica social, sofrem grandes transformações. Essa participação não é marcada politicamente como a dos os jovens de 68 (RIBEIRO, 2007), mas movida por questões mais grupais e menos totalizáveis, com vínculos se transformando a partir das experiências, conforme resultado da pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Cidadania em dezembro de 2003, com o objetivo de delinear o perfil da juventude brasileira.

Diante disso, devemos considerar o que se torna possível. O que nos leva a concluir, que ao pensarmos em uma política voltada para a juventude deve estar cientes de que existem muitos pontos a serem conhecidos por nós sobre estas diferentes juventudes (NOVAES, 2007), permeadas por vulnerabilidades sociais, sendo elas negativas, no que dizem respeito aos obstáculos impostos pela violência, discriminação e preconceito, ou positivas no que dizem respeito às possibilidades (CASTRO, 2007).

Mediante estas reflexões feitas sobre juventudes e política, destaca-se agora, o Programa Nacional de Jovens – ProJovem, como sendo uma referência na expressão da Política de Juventude proposta pelo Governo Federal.

2. PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS: EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA – PROJovem ORIGINAL E URBANO

A juventude⁸ é reconhecida como um segmento social de transição entre a adolescência e a fase adulta, faixa etária caracterizada pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

Contexto marcado por algumas medidas paliativas, nenhuma caracterizada como política pública que tivesse os jovens como sujeitos de direito.

O Governo Federal, em 2004, através do Grupo Interministerial, “composto de 19 ministérios, secretarias e órgão técnico especializados, elabora um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapeia ações governamentais que são dirigidas especificamente aos jovens ou que contemplam segmentos juvenis” (Manual do Educador: Orientações Gerais, 2007, p. 11). Como forma de enfrentamento à referida situação, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, assinada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de fevereiro de 2005, sendo substituída pela Lei Nº 11.129 de 30 de junho de 2005, a qual tem seus programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens.

A Política Nacional de Juventude é considerada a primeira política de Estado destinada para os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos (Manual do Educador, 2007),

⁸ SPOSITO; CERRANO (2003), em seu artigo “Juventude e Políticas Públicas no Brasil”, afirmam que na sociedade brasileira já existe, recentemente, um consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinadas a Juventude.

ela tem por finalidade criar organismos que dêem condições favoráveis para romper com o ciclo vicioso das desigualdades sociais e restabelecer um novo momento de oportunidades para os jovens em relação a sua vida pessoal, profissional e social.

Nesta mesma ocasião, foi criado o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - PROJOVEM⁹ foi lançado em 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, que tem como proposta uma gestão compartilhada em todas as esferas de implementação e de articulação das políticas públicas de juventude, sendo implantado pela a Coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretária-Geral da República, em parcerias com os Ministérios da educação, Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Inicialmente, o PROJOVEM, que aqui denominado de Original, teve sua construção voltada para os jovens de 18 a 24 anos que estavam em situação de vulnerabilidade e risco social e que não havia terminado a quarta série nem concluído a oitava série do Ensino fundamental, e que, não estivesse inserido formalmente no mercado de trabalho.

Esse se caracterizou como um Programa de caráter emergencial e experimental (Manual do Educador, 2007), tendo como proposta curricular uma nova modalidade de ensino e aprendizagem, a qual comportava a articulação entre o Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária.

O PROJOVEM teve como meta inicial atender aproximadamente 200.000 jovens no período de 2005 a 2008, sendo implantando apenas nas capitais e no Distrito Federal, um ano depois, foi ampliado para mais 29 cidades, com o número de habitantes igual ou superior á 200.000.

O ingresso dos jovens no Programa se deu a partir da utilização do Call Center (0800 722 7777), disponível a partir de telefones residenciais e públicos em todas as cidades onde o programa iniciava objetivando a inscrição de 22% do número de jovens no perfil do programa. Os jovens inscritos, posteriormente receberiam uma correspondência em seu endereço informando o local de matrícula. Caso o número de inscritos ultrapassasse a meta estabelecida, os jovens eram submetidos á um sorteio

⁹ Vale destacar que os dados apresentados neste capítulo sobre o ProJovem são limitados aos documentos e publicações oficiais, pois até o momento não encontra-se literatura sobre o tema.

feito na presidência da República com a presença dos coordenadores nacionais, locais e auditores da CGU – Controladoria Geral da União para a efetivação da matrícula.

A permanência do jovem no programa era de 12 meses consecutivos divididos em 4 Unidades Formativas: Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação e Juventude e Cidadania que interagem com os Eixos estruturantes a fim de colocar em movimento o currículo proposto para estes jovens com estas características.

A modalidade de ensino e aprendizagem adotada pelo ProJovem propunha uma formação inicial de caráter integral entre os três eixos estruturantes do programa de 1600 horas, distribuída da seguinte maneira: 800 para formação básica, 350 para qualificação profissional e 50 horas para ação comunitária, carga horária lançada em atividades presenciais e não-presenciais., totalizando 1200 e 400 horas respectivamente.

Outra novidade do programa se refere ao auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00, para cada jovem, embora para receber este auxílio o jovem matriculado precisa ter frequência de pelo menos 75% de participação das atividades presenciais em cada etapa da formação e 75% das atividades não-presenciais por mês no período formativo. E no final do processo formativo, o jovem passa por um exame nacional externo para a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e de Qualificação profissional.

O ProJovem é estruturado a partir do PPI – Projeto Pedagógico Integrado que expõe em suas diretrizes a ação de um currículo integrado e inovador¹⁰ em constante articulação com o modelo de gestão em rede com foco no pedagógico, formando uma rede que propõe a organização do trabalho educacional na perspectiva da autonomia e da pluralidade(SALGADO, 2008).

A rede que forma o ProJovem na instância nacional é composta pela equipe da Coordenação Nacional (Presidência da República, Secretaria-Geral, Secretaria Nacional de Juventude) e o Comitê Gestor, formado pelos dirigentes da Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério da Educação – MEC, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, do Trabalho e Emprego – MTE. O Comitê Gestor é então o primeiro colegiado que compõe a gestão nacional, o segundo colegiado é

¹⁰ Neste sentido, segundo consta no Manual do Educador, Orientações Gerais, 2008, o ProJovem apresenta, a partir de sua matriz curricular inovadora, vantagens em relação às escolas regulares por valorizar, entre outras coisas, o protagonismo juvenil e a cidade como espaço educativo. Em depoimento colhido dos alunos, o Sistema de Monitoramento e Avaliação aponta a facilidade do jovem em entender o conteúdo e as atividades que fazem parte do cotidiano de cada um.

formado pela Comissão Técnica Interministerial, que são os representantes de todos os parceiros da Coordenação Geral (Manual do Educador, 2008).

Localmente, a rede do Projovem é composta pela Coordenação Municipal (um coordenador Administrativo, um Coordenador Pedagógico, um Coordenador de Ação Comunitária e um Coordenador de Qualificação Profissional) e um Comitê Gestor Municipal formado pelos secretários das secretarias parceiras, as Estações Juventude, núcleos e turmas.

Desde sua implantação, o Projovem é acompanhado e avaliado pelas Universidades Federais que compõem o SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação, que atua em todo país com o objetivo de verificar seu desenvolvimento e melhorar sua eficácia.

A partir das avaliações apresentadas pelo SMA ao Governo Federal em documento denominado de “Relatório Parcial de Avaliação do Projovem 2007” verifica-se a necessidade de ampliação e ajustes do PPI – Projeto Pedagógico Integrado, buscando compreender os aspectos pedagógicos que contribuíram para os resultados positivos alcançados. Além disso, os resultados da pesquisa apontam para sugestões que provocaram um novo desenho do Programa objetivando minimizar ou resolver pontos considerados negativos no desenvolvimento das ações nos dois primeiros anos de execução.

Desta forma, em setembro de 2007, o Governo Federal lança o PROJOVEM INTEGRADO como denominação para uma política nacional de juventude dividido nas seguintes modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador, Projovem Campo. Tais modalidades surgem em substituição aos programas: Agente Jovem, Projovem (Original), Consórcio da Juventude, Jovem Trabalhador, Escola de Fábrica, Saberes da Terra.

O Projovem Urbano tem por finalidade, assim como no Projovem Original, a formação integral dos jovens nos aspectos:

- *Formação básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;*
- *Qualificação profissional com certificação de formação inicial;*
- *Participação cidadã com a promoção da experiência de atuação social na comunidade. (Manual do Educador/Orientações Gerais, 2008, p.26)*

Ainda dentro das finalidades traçadas pelo Programa o ProJovem Urbano pretende, nesta perspectiva, reinserir os jovens no processo de escolarização, identificar oportunidades de trabalho e oferecer uma capacitação dos jovens para o mundo do trabalho, promover a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público, possibilitar o acesso dos jovens às tecnologias digitais visando a inserção produtiva e comunicativa, além da ampliação do acesso dos jovens à cultura. (Manual do Educador/Orientações Gerais, 2008)

Dentro das propostas de ampliação do programa podem-se destacar algumas mudanças em sua estrutura conforme demonstramos a seguir:

- A ampliação da meta inicial de 200.000 (de 2005 a 2008) para 4 milhões de jovens (de 2008 à 2010);
- O Ingresso do Jovem no programa que se dá a partir das matrículas on line realizadas localmente e a permanência que agora atinge um período de 20 meses, destes, 18 meses voltados para as atividades de formação e dois meses distribuídos em períodos que atendam as necessidades locais de recesso escolar;
- A ampliação da faixa etária que, no ProJovem Urbano vai de 18 a 29 anos;
- O jovem pode estar inserido no mercado formal de trabalho;
- Não é mais exigido a conclusão da quarta série do ensino fundamental, podendo o jovem ter tido acesso apenas a alfabetização ou séries iniciais;
- A parte prática da Qualificação Profissional inicia-se conjuntamente com a FTG – Formação Técnica Geral desde a primeira UF – Unidade Formativa;
- O formato da execução financeira que deixa de ter o repasse de recursos através de convênio celebrado entre as partes e adota o modelo de transferência de recursos *Per Capita*, o que vem interferir consequentemente na gestão do programa;
- A implantação dos Pólos, para cada 2.400 jovens, no lugar das Estações Juventude, bem como a mudança na Coordenação Municipal, agora composta pelo Coordenador Executivo e Coordenador Pedagógico, não tendo mais os coordenadores de Qualificação Profissional e de Ação Comunitária;

- A mudança da dimensão de Ação Comunitária para Participação Cidadã;
- A ampliação de 07 para 10 Universidades Federais que, juntamente com a Universidade Federal de Juiz de Fora, através do CAED – Centro de Avaliação da Educação fazem o Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA;
- Ampliação da matriz curricular a partir dos Eixos Estruturantes Juventude e Cultura e Juventude e tecnologia;
- A apresentação de uma modelo de gestão inter-setorial, compartilhada entre quatro ministérios, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e Distrito, envolvidos;
- A carga horária passa a ser de 2.000 horas, sendo 1.560 presenciais e 440 não presenciais;
- A oferta, a partir da Coordenação nacional e a FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro, de formação continuada para os gestores escolares;
- A obrigatoriedade de ter as atividades pedagógicas desenvolvidas em escolas públicas.

Neste sentido, seguem-se as principais características sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM e ProJovem Urbano, no Município de João Pessoa/PB.

3. PROJOVEM ORIGINAL E URBANO EM JOÃO PESSOA: Uma Experiência de Gestão Integrada com Foco no Pedagógico

Em João Pessoa, segundo dados adquiridos através da pesquisa realizada pela equipe interministerial que subsidiou a criação do ProJovem em 2004, envolvendo 19 Ministérios, com o apoio do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e UNESCO, existiam então, 16.400 jovens inseridos no perfil do Programa: jovens entre 18 e 24 anos, com a quarta série do ensino fundamental concluída, mas não concluída a oitava, fora do mercado formal de trabalho e sem oportunidades de inserção em uma dinâmica social mais justa e igualitária.

A partir destes dados, o Governo Federal definiu como meta inicial para João Pessoa o atendimento de 3.900 jovens (22%) no ano de 2005. Em janeiro de 2006 as aulas foram iniciadas com 2.200 jovens matriculados, em 24 núcleos, sendo duas

ONGs, uma escola estadual e 21 escolas municipais. Em agosto do mesmo ano, foi aberto, a pedido da Coordenação local, pelo Governo Federal outro período de matrícula e em João Pessoa, tivemos uma nova entrada com mais 1.850 jovens superando desta forma, a meta inicial estabelecida.

Neste contexto, a estruturação organizacional do Projovem, se dividiu em: Coordenação Municipal, com 4 coordenadores (Pedagógico, Administrativo, Ação Comunitária e Qualificação Profissional). Além de quatro Estações Juventude¹¹, com 2 coordenadores (Administrativo e Pedagógico) e os núcleos com cinco educadores especialistas (educação básica, um educador de qualificação profissional e um educador de ação comunitária), totalizando assim, um quadro profissional composto por 176 educadores, 8 coordenadores de Estação Juventude, quatro coordenadores municipais e 10 formadores.

Os núcleos, como são chamados os espaços onde as aulas acontecem, são formados por cinco turmas de trinta alunos e mais um laboratório de informática com 10 computadores doados pelo Governo Federal para realização das atividades de inclusão digital.

A equipe é composta pelos educadores que nele atuam sendo que, a cada três meses, um deles é nomeado pela equipe como Coordenador do Núcleo. Este coordenador tem como papel facilitar a integração dos profissionais das diferentes áreas em torno do Planejamento Integrado, além de buscar diálogo constante com a escola e seus atores, bem como ser o elo mais próximo entre a Coordenação Municipal, educadores e jovens.

A coordenação Municipal, juntamente com a equipe de formadores e educadores formulou o PGI – Plano de Gestão Integrada, tendo como objetivo buscar soluções pedagógicas e administrativas desenvolvendo ações integradas entre os núcleos, a escola e a Coordenação Municipal, de modo a proporcionar uma dinâmica capaz de articular a prática administrativa e pedagógica do programa.

O PGI resultou na estruturação de uma espiral representativa do movimento criado pela gestão integrada com foco no pedagógico, partindo da necessidade de articular todas as partes envolvidas resultando na efetividade do seu objetivo e na eficiência de suas ações. A espiral da Gestão Integrada do ProJovem propõe colocar em

¹¹ Estação Juventude configura-se num espaço de referência para os professores e para os jovens, sendo um local de encontro, estudo, busca de informações e orientações, desenvolvimento das atividades em grupo, realização de eventos culturais e participação cidadã e podem servir de espaço de formação e reunião para os educadores.

movimento não só os conteúdos diretamente ligados ao desenvolvimento da prática de educadores, mas as relações existentes na estrutura do Grupo que faz o ProJovem, considerando as diversidades existentes, desde Coordenadores Municipais, Coordenadores das estações, apoios administrativos, formadores, educadores e alunos.



A figura acima demonstra a Espiral do Plano de Gestão Integrada do ProJovem de João Pessoa/PB.

Para atuarem no programa os educadores recebem uma formação inicial dos formadores, que por sua vez são formados pela FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro/RJ, entidade responsável pela formação de formadores em todo Brasil.

A formação inicial dos educadores tem uma carga horária de 160 horas e a formação continuada aos sábados com uma carga horária de 144 horas. Nela, o professor foi estimulado a ser sujeito da experiência que envolve o Projeto Pedagógico Integrado - PPI do Programa, bem como é orientado no domínio dos conteúdos das quatro Unidades Formativas e nas questões relacionadas ao perfil dos jovens, suas peculiaridades, os fatores geradores de exclusão e preconceitos (Manual do Educador, 2007).

Os educadores no ProJovem tem dupla função: professor especialista e professor Orientador. Este se liga ao jovem como aluno sem distinguir áreas de conteúdo. Assim, orienta uma das cinco turmas, participando de todas as atividades dos jovens e promovendo o trabalho interdisciplinar e a integração de todas as ações curriculares. Processo que favorece para o fortalecimento dos vínculos necessários para uma efetiva orientação educacional de cada aluno individual e do grupo (Manual do Educador – Orientações Gerais, 2007).

O desenvolvimento desta função possibilita uma relação mais verdadeira entre educadores e alunos no conhecimento das habilidades e competências de cada um, sua identidade pessoal e grupal, diminuindo a distância e aprofunda a vivência das objetividades e subjetividades existentes no processo de ensino e aprendizagem (Manual do Educador, 2007).

No entanto, segundo o PPI do ProJovem Urbano, cada profissional que integra ao programa deverá construir-se como: a) um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade educacional/docente e sabe usá-lo competentemente; (b) um **pensador** capaz de se situar criticamente em sua prática e as representações sociais sobre o seu campo de atuação; (c) um **cidadão** sujeito de direitos e responsabilidades que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJÓVEM URBANO – PPI,2008).

Conforme consta nos Relatórios da Coordenação Municipal (2006, 2007 e 2008) ProJovem em João Pessoa buscou entender a cidade como espaço pedagógico, conforme orientação das diretrizes nacionais. Além do olhar voltado para a vida e a dinâmica da cidade e suas organizações sociais, as praças, praias e parques serviram como espaços de descobertas e aprendizagens para os jovens. Neste contexto o

programa realizou em três momentos diferentes (2006, 2007 e 2008), uma ação denominada Semana de Vivência Curricular Integrada, que visava desenvolver as ações pedagógicas nos espaços da cidade a partir dos Eixos Estruturantes Curriculares (I Semana – A Cidade de João Pessoa como Matéria de Comunicação no ProJovem; II Semana - Meio Ambiente e Cidadania, e a III Semana – Juventude, Arte, Comunicação e Participação Cidadã.) objetivando trazer para os jovens a oportunidade de desenvolverem um olhar mais consciente sobre a sua cidade com seus aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, segundo Relatórios da Coordenação Municipal nestes três anos.

Deste modo, os jovens participaram de alguma forma da vida da cidade freqüentando lugares que antes não faziam parte de seu universo como teatros, cinemas, Universidades, participaram das reuniões do Orçamento Democrático em suas regiões e já no primeiro ano quatro jovens se elegeram delegados do Orçamento em uma disputa travada com líderes comunitários já conhecidos na comunidade, apontando, dessa forma como uma provável nova liderança.

Os jovens também se envolveram, a partir dos desdobramentos dos seus Planos de Ação Comunitária – PLA (atividade desenvolvida juntamente com o professor de Ação Comunitária), em campanhas contra o mosquito da Dengue e campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria de Saúde do Município, fizeram mobilizações para o uso da faixa de pedestre em algumas áreas da cidade, organizaram caminhadas pela paz, solicitaram construção de Praças e instrumentos de lazer em suas comunidades, ministraram palestras em escolas relacionadas ao tema do seu PLA entre outras ações de interesse público¹².

Observa-se que a dimensão da Formação Básica, Qualificação Profissional e Ação Comunitária desempenham um importante papel, tanto no que diz respeito, à permanência do jovem no programa como no que se refere ao seu desenvolvimento integral, o reconhecimento de sua identidade como sujeito de direitos (Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem, 2007).

Em abril de 2009, com a implantação do ProJovem Urbano e suas especificidades descritas na Resolução CD - 022/ FNDE de 26.05.2008, o município de João Pessoa tem uma meta definida pelo Governo Federal de atender a 4 mil jovens até o ano de 2010. Já no período de Matrícula observou-se a necessidade de ampliação

¹² Informações constantes nos portfólios elaborados pelos educadores de Ação Comunitária nos anos de 2006 e 2007 pertencentes a Coordenação Municipal do Programa.

desta meta e foram matriculados cinco mil e duzentos jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, para estudarem em 26 núcleos (escolas municipais) a partir de 06 de abril de 2009.

O ProJovem Urbano local, assim como consta no Manual de Orientações Gerais do ProJovem Urbano (2008), aproveita a experiência anterior no desenvolvimento de suas ações e traz como os principais desafios para sua implementação as mudanças relativas ao modelo de gestão posto anteriormente, como a redefinição do público atendido pelo programa, as instâncias de gestão inter-setoriais e o redesenho de matrícula e estratégias de permanência dos jovens no programa.

Nesta perspectiva, nos debruçaremos na análise do modelo de gestão assumido pelo ProJovem em suas modalidades Original e Urbano, tendo como referência os estudos de alguns autores, visando definir os aspectos tradicionais e inovadores da gestão.

4. MODELO DE GESTÃO: aspectos tradicionais e inovadores

As experiências vivenciadas no ProJovem Original e Urbano apresentam uma gestão integrada e em rede, compartilhada entre os diversos atores e inter-setorial, na medida em que propõe a articulação de diferentes setores e organizações, visando alcançar objetivos e metas estabelecidas e melhorar a atuação e condução do trabalho a ser realizado pelas pessoas envolvidas (SALGADO, 2008). Diante disto, faz-se necessário compreender o conceito de algumas categorias norteadoras dos modelos de gestão pública para uma maior compreensão do modelo adotado.

Segundo Caulliraux e Proença (2004), o termo gestão está articulado à idéia de “como fazer” o trabalho de gerenciar uma organização, ou parte dela, dentro da tensão existente entre as dimensões administrativas e empreendedoras, buscando a eficiência e eficácia da tarefa a ser realizada.

Dentro dessa discussão o modelo escolhido para a gestão de uma organização está atrelado a sua forma de funcionamento. Muitas organizações, no entanto, espelhadas em sucesso de outras, adotam um determinado modelo de gestão sem levar em consideração o fato de que é importante uma abertura de todos que a compõem para que a implantação tenha o sucesso esperado e garanta avaliar a eficácia e o alcance de sua efetividade em realizar as mudanças necessárias (CALLIRAUX; YUKI, 2004).

Além dessa possibilidade, CALLIRAUX e PROENÇA (2004) apontam que existe um ganho para as organizações que, ao enfrentarem com o seu trabalho essas

abstrações existentes entre a teoria e a prática de um modelo a ser implantado, constroem o seu próprio modelo de gestão¹³.

O ProJovem Original e Urbano, em sua proposta de implementação e execução traz, principalmente em relação à educação de Jovens e Adultos – EJA, mudanças que podem, de alguma forma, contribuir para efetivar uma prática positiva no atendimento aos anseios e necessidades da juventude no tocante a inclusão na escola, no mundo do trabalho e nas ações de participação social e cidadã.

Alguns conceitos sobre *mudança e inovação*, apresentados por KLERING; ANDRADE (2006), contribuem para o destaque dos aspectos tradicionais e inovadores existentes na implementação desta política. Para os autores citados anteriormente, mudança, não necessariamente, é algo realizado a partir da inclusão do novo, pode representar apenas a mudança de um aspecto isolado, de uma característica. A inovação é, por assim dizer, uma mudança mais profunda e radical onde o elemento novo é o elemento transformador. Desta forma, as mudanças e inovações, no caso da administração pública, têm relevância na transformação e melhoria na dinâmica da organização, no tocante, a rupturas com práticas conservadoras.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Projovem no que diz respeito aos pontos mais relevantes: Modelo de gestão, currículo, perfil do profissional, ajuda de custo, nota-se que as mudanças apresentadas pelo Programa como sendo inovador, pois apresenta, em seu currículo, por exemplo, mudanças radicais trazendo conteúdos contextualizados com a vida imediata dos jovens, respeitando as diferentes juventudes.

Fato que não acontece comumente na Educação de Jovens e Adultos – EJA, que atende jovens que por algum motivo não concluíram o ensino fundamental no tempo certo, assim como os jovens que estão no ProJovem. Na EJA vive-se a dificuldade da permanência dos jovens e adultos na escola. Logo após o período de entrega das carteiras de estudantes eles evadem, esvaziando as salas de aula.

Estes mesmos jovens matricularam-se no ProJovem e segundo os relatos contidos nos portfólios de final das Unidades Formativas, elaborados pelos educadores de Ação Comunitária do ProJovem Original, encontram no ProJovem uma “escola diferente” da escola que eles vieram (EJA) onde os assuntos tratados tem relação com seus desafios diários e seus anseios como estudante.

¹³ A Espiral de Gestão Integrada do ProJovem já citada anteriormente é uma demonstração, segundo a Coordenação Municipal, do enfrentamento destas abstrações na construção de uma diálogo efetivo entre teoria e prática para a construção de um modelo de gestão adequado.

O papel desenvolvido pelo educador como PO (Professor Orientador) é algo completamente novo nessa fase escolar, e sua importância está declarada em muitos relatos dos jovens contidos nos arquivos da Coordenação Municipal do ProJovem João Pessoa.

Além disso, outras inovações percebidas estão relacionadas à gestão propriamente dita e presentes no ProJovem Original e Urbano em todo país: os aspectos pedagógicos e administrativos de forma integrada; a intersetorialidade, através da criação do Comitê Gestor e da Comissão Técnica; o SMA - Sistema de Monitoramento e Avaliação que acompanha todas as ações do programa desde sua implantação; a efetivação da “rede de organização do trabalho” no município envolvendo Coordenação Municipal, diretoria de Pólo e núcleos; a integração de conteúdos que o programa chama das “três dimensões”: Educação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã; a criação de Fóruns envolvendo gestores, educadores e alunos; o auxílio financeiro de R\$100,00 (cem reais) associado à frequência e produção dos jovens; a conclusão do Ensino Fundamental em 20 meses. Embora seja necessário destacar o caráter experimental e emergencial do programa, ele visa promover a inclusão social dos jovens à escola, ao mundo de trabalho e ao exercício efetivo da cidadania.

No entanto, assim como outras experiências de políticas públicas vividas atualmente no Brasil percebem-se gargalos que precisariam ser analisados de uma forma crítica, visando à superação de determinados problemas.

A forma de implantar estas políticas partindo da cúpula de Governo Federal para estados e municípios, pode gerar dificuldades de compreensão e fragilidade na implantação que comprometam a garantia dos objetivos definidos na construção da política.

As diretrizes descritas nos manuais de orientações que pretendem difundir um determinado modelo de gestão dessas políticas, pelo menos no caso do ProJovem Original e Urbano, encontram nos momentos e locais de efetivação da execução, dificuldades relacionadas a transformação dessas diretrizes em ações práticas capazes de proporcionar a inclusão e a cidadania de jovens oferecendo de fato, “conhecimento e oportunidade para todos” como diz o slogan do programa.

Conforme os documentos elaborados pela Universidade Federal de Juiz de Fora, através do CAED – Centro de Avaliação da Educação, e publicado pelo Governo Federal, o ProJovem Original foi o programa mais bem avaliado do Governo.

Em João Pessoa/PB o programa tornou-se referência em função do baixo índice de evasão, da participação dos jovens em mecanismos de participação social (ex. Orçamento Democrático) desenvolvidos pelo município; dos efeitos alcançados com a formação continuada dos educadores e das possibilidades criativas de expressão dos jovens com a inclusão da arte nas atividades oferecidas. No entanto, segundo avaliação da Coordenação Municipal verificam-se alguns desafios, que precisam ser sanados a partir de um trabalho mais efetivo no que diz respeito ao reconhecimento dessa política.

Portanto, no município João Pessoa como em todo Brasil, percebe-se que não bastam ações pontuais e políticas focalizadas, mas que o investimento precisa ir além, atingindo os recursos humanos e financeiros, provocando mudanças radicais, que alcancem o compromisso dos gestores e de todos envolvidos na gestão.

4- REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary Garcia. Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: **Juventude e Sociedade trabalho, educação, cultura e participação**. Org. Regina Novaes e Paulo Vannuchi, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 275 – 303.

CAULLIRAUX, Heitor M.; PROENÇA, Adriano. Gestão: Introdução Conceitual. In: **Gestão Pública e reforma administrativa: conceitos e casos: a experiência de Florianópolis**. Org. Heitor Calliriaux e Mauro Yuki. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 19 – 23.

KLERING, Luiz Roque; ANDRADE, Jakeline Amantino. Inovação na Gestão Pública: Compreensão do Conceito a partir da teoria e da prática. In: **Inovação no Campo da Gestão Pública: novos desafios, novos patamares**. Org. Pedro Jacobi e José Antônio Pinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77- 97.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 411, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Programa Nacional de Inclusão de Jovem -Projovem. Brasília, 2007.

NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade, Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão Pública: Limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem URBANO

Manual do Educador: Orientações Geral/ [organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado; Revisão: Leandro Bertolletti Jardim] – Brasília, 2008.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem URBANO

Manual do Educador: Orientações Geral/ [organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado; Revisão: Leandro Bertolletti Jardim] – Brasília, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJovem URBANO - PPI. Brasília, maio de 2008

RELATÓRIO PARCIAL DE AVALIAÇÃO PROJovem. Brasília, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. In: **Juventude e Sociedade trabalho, educação, cultura e participação.** Org. Regina Novaes e Paulo Vannuchi, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo . 2007, p. 19 – 33.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. O ProJovem e a Gestão em Redes Sociais. In: **Textos Complementares Para Formação de Gestores.** [Maria José Vieira Feres...et al.] – Brasília, Programa nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.

SOARES, Luiz Educarado. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In: **Juventude e Sociedade trabalho, educação, cultura e participação.** Org. Regina Novaes e Paulo Vannuchi, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo . 2007, p. 130 - 159.

SPOSITO, Marília Pontes; CERRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro Sept./Dec. 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Assistência Social, Política e Direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** N° 77, ano XXV, São Paulo: Cortez, Março de 2004.